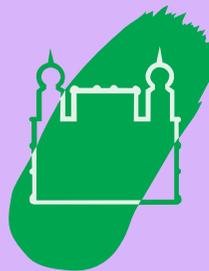


ASFOC FIOCRUZ



Mulheres lutando por seus direitos

Viva

8 de março
Dia Internacional das Mulheres



Mulheres botando o bloco na rua



Mulheres desenvolvendo Ciência & Tecnologia



Mulheres colocando a sua criatividade a serviço do movimento social



Viva

8 de março

Dia Internacional das Mulheres

Esta edição de nosso Jornal é uma homenagem ao Dia Internacional das Mulheres, que se soma à programação cultural que a ASFOC preparou para comemorar o dia 8 de março. Protestar sem perder a alegria é uma possibilidade que sempre buscamos na dureza da ação política e sindical. A luta das mulheres por seus direitos foi e é uma fonte de criatividade na batalha diária para construir um mundo melhor para todos e cada um.

Com este mesmo espírito, começamos o ano botando o bloco na rua. O desfile do Discípulos de Oswaldo foi um momento de alegria que dividimos com a comunidade de Manguinhos. Serviu para reabastecer nossas energias e continuarmos enfrentando a maneira injusta e desleal com que o governo FHC trata a população em geral e os servidores públicos em particular.

Duro é constatar que o bloco passou, a festa acabou e a luta continua.

Na Fiocruz, continuamos trabalhando com o compromisso inabalável de desenvolver ciência e tecnologia para garantir melhores condições de vida e saúde para a população.

Continuamos lutando também para que não destruam nossa dignidade, negando direitos que conquistamos a duras penas. O Bresser não foi pago, a GDACT que queremos continua em negociação, os trabalhadores permanecem sendo explorados...

Uma realidade que nos obriga a decidir por instrumentos de luta que têm muito pouco a ver com alegria. Paralisação de 24 horas, greve progressiva ou por tempo indeterminado... Alternativas que estiveram presentes no ano passado e continuam tristemente atuais em 2002.

É comum ouvirmos que no Brasil o ano só começa mesmo depois do carnaval. Talvez seja bom considerar este momento um novo começo. É a chance para quem ficou distante participar mais ativamente das decisões e ações coletivas que determinam os rumos de nosso movimento. É a chance também para quem já participa de renovar a certeza de que só lutando, de cara feia ou sorrindo, conseguimos a vitória.

Comemorar o Dia Internacional das Mulheres é reafirmar que vamos continuar festejando o que merece ser festejado e combatendo o que é preciso combater.



Esta é uma luta de todos

Antônio Humberto da Costa

Estamos completando treze anos de sonhos e ilusões. Quantas vezes tivemos o gostinho da vitória... não dá nem prá contar. Muitos ficaram pelo caminho sem que tivessem conseguido estar onde estamos, ou seja, vivendo a cada momento este sonho que parece não ter fim; e outros abandonaram o barco por algum dinheiro, como se assim encontrassem a solução para um sonho inacabado.

Esta crônica está sendo escrita depois que tive conhecimento do despacho do senhor Corregedor Dr. Vantuil Abdala, exarado neste último 28 de fevereiro, em que nada ficou decidido. Faço esta observação face a marchas e contramarchas que ocorrem a cada instante. Há dias em que nós, que participamos ativamente do Grupão e das Assembléias da ASFOC, vamos para nossas casas eufóricos e cheios de esperanças de que, enfim, a solução tivesse chegado e, eis que, quase que imediatamente, chegam notícias desalentadoras que nos jogam na lona como se fôssemos nocauteados num ringue.

Particularmente, acredito que o final nunca esteve tão próximo. É claro que não se trata apenas de mais uma opinião. A verdade é que quem tem acompanhado os últimos acontecimentos sabe que o momento é delicado e as expectativas parecem de um filme de suspense.

Todos nós temos sonhos e os Precatórios do Bresser deixaram de ser só um sonho desde a sentença proferida pelo Senhor. Dr. José Piton, Juiz Titular da 7ª Vara e, ainda, quando o mesmo, de forma inquestionável, demonstrou seus conhecimentos ao rebater críticas injustificáveis que não cabem nem ser comentadas.

A decisão agora já não é mais jurídica, ela passou para o âmbito político e, para tanto, contamos com a luta incessante da ASFOC, do apoio indispensável da Presidência da FIOCRUZ, dos esforços incansáveis da Dra. Rita Cortês, dos contatos fundamentais do Escritório de Advocacia de Brasília, e, finalmente, dizer que esta não é uma luta isolada de ninguém: ela pertence a todos nós - ativos e aposentados da FIOCRUZ. Não existe mais questionamento. A hora é de decisão e participação de todos.

Na crença que todos tenham entendido a mensagem, espero que ninguém baixe ou relaxe a guarda, pois é chegada a hora da definição. Com fé e esperança devemos acreditar que chegamos à reta final.

DIRETORIA DA ASFOC

Rita Mattos
Diretora Geral
Leila Mello
Vice-Diretora
Cristiane Moneró
Diretora Secretária
Vânia Buchmuller
Diretora Administrativa
Júlio Bandeira de Mello
Diretor Sócio-Cultural
Justa Helena Franco
Diretora de Assistência
João Carlos "Profeta"
Diretor de Esportes

SUPLENTES

Ludmila Sebba,
Luiz Maurício Baldacci,
Janine Miranda Cardoso,
Mário Santos Moreira,
Marta de Jesus Silva,
Afonso Cesar Woyames,
Rogério Lannes Rocha
CONSELHO FISCAL
Anna Beatriz de Sá Almeida,
Marco Antonio C. Menezes,
Rugimar Marcovistz,
Angela Maria Vieira da Silva,
Marilene F. Costa

DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

Editor
Gustavo de Carvalho
(Mtb 17627)

Repórter
Lia Ribeiro

jornalismoasfoc@bol.com.br

Programação Visual
Flávio Tavares

Fotos
André Telles

Divulgação
Alexandre Costa

Impressão
Gráfica Folha Dirigida

8 de março Dia Internacional das Mulheres

Dia de comemorar conquistas e de celebração, mas, principalmente, de estímulo para a continuidade da luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. No Brasil, até 1932 as mulheres não votavam. No auge do movimento feminista, ativistas de vários países queimaram os sutiãs em uma atitude de um simbolismo radical que acelerou a conquistas de avanços impensáveis no início do século passado. No entanto, apesar de a mídia insistir em passar a imagem de que existe a igualdade de direitos em nossa sociedade supostamente moderna sociedade ocidental e capitalista, mesmo sem a obrigação da burca, aqui e em qualquer país dessa esfera, a mulher continua sendo tão oprimida quanto em sociedades onde os níveis de aviltamento (da liberdade individual) nos parece mais óbvios. Exagero? Quem não conhece um caso de violência doméstica tratado como “coisa de marido e mulher” e que acaba em morte? Ou não basta observar que grande parte dos crimes apresentados pelo Programa Linha Direta são assassinatos passionais em que a mulher é vítima? O que só comprova os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS): *A cada quatro minutos uma mulher é agredida por um homem do convívio, ou seja, sofre violência doméstica.*

É claro que alguns parâmetros estão mudando. Nem todo homem atualmente acha que a mulher é “propriedade dele”. Mas, não é só a violência física que ainda agride a mulher. Desde que ensinamos nossos filhos que menina brinca de boneca e menino de carrinho, que menina não brinca na rua e menino não chora, estamos gerando conceitos que serão reproduzidos na idade adulta. De que mulher namoradeira fica mal falada e o homem é estimulado a ter várias parceiras etc. Em compensação, ainda não é fácil para os homens perder o emprego e ver a casa sustentada pela mulher quando o contrário é assumido com naturalidade.

Justamente por esse senso de que a sociedade será a maior beneficiada com a efetivação dos direitos das mulheres é que atualmente grande parte do próprio movimento feminista trabalha pensando, prioritariamente nas mulheres, mas levando em consideração, principalmente, a relação social entre homens e mulheres. Nossa parte é não naturalizar abusos nem preconceitos, achando que “isso é assim mesmo”, que “em briga de marido e mulher não se mete a colher”.

O crescimento da participação política das mulheres é algo a se comemorar em todos os setores, mas hoje, apesar de festejarmos, este ainda é um momento de pensar modos de efetivar as conquistas negadas às mulheres por nossa cultura patriarcal e fundamentalmente em reduzir os índices de violência doméstica.

Em 1857, nos Estados Unidos, em meio a uma manifestação pela redução da jornada de trabalho, 129 tecelãs de uma fábrica de Nova Iorque paralisaram os trabalhos reivindicando jornada de 10 horas diárias. Essa foi a primeira greve americana conduzida exclusivamente por mulheres. Elas foram violentamente reprimidas pela polícia e acudadas, trancaram-se na fábrica. No dia 8 de março, os patrões e a polícia atearam fogo no local e as tecelãs morreram carbonizadas. A repressão e o fim trágico dessa greve sensibilizaram vários setores da sociedade e essa data ficou consagrada internacionalmente como símbolo de luta pela igualdade de direitos e contra qualquer forma de discriminação contra mulheres.

**Dados do livro “8 de março: Dia Internacional da Mulher – uma data e muitas histórias” do Conselho Estadual da Condição Feminina – Centro de Memória Sindical/SP.*

Rede de Mulheres no Rádio



Nossa Manguinhos FM continua fechada por força de uma lei criada para impedir a democratização dos meios de comunicação. Mas o movimento popular não se dobra e a Rede de Mulheres no Rádio é um exemplo disso. Já são cerca de 350 em todo Brasil e a grande maioria tem programas radiofônicos sobre direitos da mulher em rádios comunitárias de suas cidades. Têm também aquelas que trabalham em

ONGs feministas ou fazem ambas as coisas. O importante é que elas entenderam que informação é poder e resolveram democratizá-la partilhando seus conhecimentos com outras mulheres. E o rádio tem se mostrado o melhor veículo para alcançar esse objetivo. Que o diga Mara Régia falando para o interior da Amazônia e Leila Regina conversando sobre temas como violência doméstica enquanto suas ouvintes na Baixada Fluminense preparam o almoço. Na rádio Bicuda, também no Rio de Janeiro, o programa MUSA que trata do tema AIDS com atenção especial às mulheres, vem consolidando sua audiência. Elas estão por aí, no ar. É só procurar no dial do seu radinho que, de repente, você encontra uma delas. Mas, querendo entrar em contato, o escritório da rede é a ONG carioca Cemina.

Brasil terá Conferência Nacional em junho

Nos dias 06 e 07 de junho, em Brasília, será realizada a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras. O objetivo é elaborar uma pauta com propostas para o país sobre temas que vão da segurança pública à dívida externa e suas implicações para as relações de gênero. Informações sobre as formas de participação na Conferência podem ser obtidas com a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Sites de organizações feministas

Articulação de Mulheres Brasileiras
www.articuladodemulheres.org.br

Cemina
www.cemina.org.br

Conselho Estadual de Direitos da Mulher (Cedim)
www.cedim.rj.gov.br

Fala Preta!
www.falapreta.org.br

Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos
www.redesaude.org.br

Serviços telefônicos de informações sobre direitos da mulher

Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra)
Tel.: (21) 2544.0808

Disk Mulher Baixada
Tel.: (21) 2751.5825



ASFOC retoma negociações e reivindicações com a Presidência

A mesa de negociações da ASFOC e Presidência da Fiocruz em torno de nossas reivindicações foi retomada no dia 4 de março, depois de sete meses de interrupção. Na verdade, as discussões e o trabalho conjunto com a Presidência se mantiveram ao longo deste tempo, sobretudo em situações emergenciais, como acontece freqüentemente na árdua batalha pelo Bresser. Entretanto, a ASFOC considera fundamental a reativação do processo permanente de busca de soluções na mesa de negociações, que deve reunir-se, a partir de agora, na primeira segunda-feira de cada mês.

Veja a seguir a situação atual dos diversos tópicos da pauta de reivindicações.



PLANO BRESSER

Pagamento dos Precatórios

Equalização do problema da rubrica dos 26,06% no contracheque dos concursados 98 e redistribuídos.

Sem dúvida, as reivindicações relativas aos precatórios e à rubrica do Bresser têm sido alvo de nossas maiores preocupações e motivo de mobilização permanente. No momento, os dois precatórios (250/96 e 343/96) estão depositados em juízo e aguardamos que a Justiça do Trabalho determine seu pagamento diretamente aos servidores, o que tem sido obstinadamente evitado com manobras da Advocacia Geral da União (AGU). Nossos advogados têm atuado competentemente para superar os obstáculos jurídicos, mas, no campo da luta política, temos sido forçados a tomar a decisão radical da greve por tempo indeterminado.

Recentemente, com apoio da Presidência da Fiocruz, a ASFOC obteve o compromisso do Ministro da Saúde, Barjas Negri, de mediar as negociações, convocando uma reunião entre representantes do Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Presidência da Fiocruz, ASFOC e da própria AGU. No dia 6 de março, o Ato Público "Contra a Dengue, Pelo Bresser" serviu para lembrar o Ministro de seu compromisso e para demonstrar nossa disposição de luta.

Em relação à luta para garantir os 26,06% para todos os servidores da Fiocruz, a ASFOC tem apoiado ativamente a Comissão de Servidores Concurados de 98 e Redistribuídos. A reivindicação, indeferida pelo MPOG, faz parte das negociações com o Ministro da Saúde e a Presidência da Fiocruz tem sido pressionada para atuar com mais firmeza para evitar a discriminação entre servidores.

CARREIRA DE C&T (GDAC)

Esta é outra longa batalha que a ASFOC tem empreendido ao lado das entidades sindicais que compõem o Fórum de C&T. Participamos ativamente do trabalho em busca de apoio junto aos parlamentares em Brasília e estivemos à frente de todas as manifestações públicas em prol da valorização e de tratamento digno para a carreira de C&T. Na mesa de negociações, buscamos comprometer a Presidência da Fiocruz na resolução das reivindicações do Fórum.

Aumento do percentual da GDACT para 50% linear para todos os níveis.

Incorporação do adicional de titulação ao vencimento

Extensão aos aposentados

A ASFOC solicitou que a Presidência da Fiocruz encaminhe estas demandas aos Ministérios da Saúde e da Ciência e Tecnologia, à Casa Civil, além de buscar o apoio de dirigentes, assessores de órgãos do governo federal e parlamentares que conhecem a realidade da carreira e mantêm um relacionamento com instituições da área de C&T.

O governo federal opõe forte resistência a qualquer benefício aos aposentados, ao contrário, insiste em dificultar suas vidas, tentando responsabilizá-los e penalizá-los com o ônus de sua política previdenciária ineficiente e voltada contra os trabalhadores. Com a GDACT acontece o mesmo, o MPOG não admite qualquer discussão sobre a extensão. No entanto, as investidas do governo FHC para onerar ainda mais os aposentados têm sido rejeitadas tanto no Legislativo quanto no Judiciário. Gratifica-

ções concedidas para algumas carreiras de Estado têm contemplado também aposentados, a ASFOC entende que essas "brechas" podem servir de argumento para a Presidência atuar, como a ASFOC, para que nossos companheiros aposentados sejam tratados com justiça e dignidade.

Garantia de progressão do terceiro nível aos concursados de 1998.

As possibilidades de resolução na esfera institucional estão esgotadas, a ASFOC já está encaminhando ações judiciais para a conquista desta reivindicação.

Manutenção da articulação entre as instituições de C&T: reunião com os dirigentes das instituições de C&T.

A Presidência informou que foi realizada reunião de dirigentes para discutir a realização de concursos para o preenchimento de vagas em instituições de C&T. Também afirmou que o Secretário Executivo do MCT, Edmundo Taveira, reiterou a necessidade de convocação do Conselho do Plano de Carreiras (CPC) e de eleição de representantes dos dirigentes.

Pagamento da retroatividade a janeiro do percentual da GDACT após a primeira avaliação de desempenho.

A Presidência informou que já solicitou para o pagamento da retroatividade a partir de março de 2001, conforme determinação do MPOG. Os cálculos já estão sendo efetuados e o pagamento deve ser feito através de folha suplementar. A ASFOC considera que o reconhecimento do direito à retroatividade nos moldes propostos pelo governo já é um avanço, mas insiste no

ção da pauta de dência da Fiocruz

cumprimento do que foi definido na Portaria Interna da Fiocruz sobre a avaliação de desempenho, ou seja, retroatividade a janeiro de 2001. O Fórum de C&T mantém a reivindicação de retroatividade a julho de 2000, quando foi publicada a portaria ministerial que regulamentou a avaliação..

FIO-SAÚDE

Aumento da participação da Fiocruz.

A ASFOC não havia recebido retorno sobre questões discutidas anteriormente, como o Projeto Saúde do Trabalhador, o restabelecimento da Comissão Direh/Fioprev/ Asfoc, a avaliação do projeto “Fiocruz Saudável” pelo Fioprev e o agendamento de uma reunião sobre a formação de uma caixa de assistência. Na retomada da mesa de negociações foi definida a presença do Fioprev na próxima reunião do CD Fiocruz, que será realizada nos dias 18 e 19 de março. (veja também nesta página a entrevista com o ouvidor do Fioprev, Dilton Barreto).

RECURSOS HUMANOS

Saúde do trabalhador e Biossegurança

Também havia ficado pendente a reestruturação de ações articuladas nesta área, visando à melhoria das condições de trabalho no Campus. Essa discussão engloba questões como o controle de vetores, que adquiriu uma indesejável relevância e atualidade com a epidemia da dengue vitimando um número expressivo de servidores.

Utilização da FIOCRUZ-L e Internet

Fomos informados que algumas unidades impõem restrições rigorosas para a utilização desses instrumentos. A Presidência se comprometeu a pesquisar padrões empregados em instituições públicas com características semelhantes, no sentido definir normas de utilização desses recursos na Fiocruz.

(A ASFOC está aprimorando a utilização da mídia eletrônica, veja matéria na pg.7).

Intercâmbio de Recursos Humanos

Será encaminhada a criação de um Banco de Movimentação de RH, para contemplar necessidades individuais e institucionais de transferência de servidores entre Unidades e Departamentos. O CD Fiocruz e a Comissão Interna de Carreira deverão elaborar propostas neste sentido.

Avaliação das condições dos restaurantes

A formação de uma Comissão Avaliadora é uma proposta que deverá ser amadurecida na próxima reunião da mesa de negociações. Inicialmente, ela deverá ser composta por representantes da ASFOC e da DIREH, buscando também o envolvimento do projeto Fiocruz Saudável, para mapear os estabelecimentos e definir indicadores de qualidade de instalações, serviços e produtos.

Vínculos precários e Terceirização

A Presidência manteve o compromisso assumido anteriormente de garantir as deliberações do Congresso Interno, referendadas pelo CD Fiocruz em agosto do ano passado. Será encaminhado um processo de discussão interna e um cronograma para a definição de uma política salarial e de contratação única para a Fiocruz.

Comissão Interna de Carreira Carreira própria da Fiocruz

No dia 14 de março a Comissão se reúne para iniciar a elaboração de seu Regimento de Funcionamento. A Comissão Interna deve também promover a discussão inicial dos princípios básicos para a criação da carreira própria da Fiocruz, que será incluída na pauta do IV Congresso Interno.

DELIBERAÇÕES DO CONGRESSO INTERNO

Eleições nas Unidades

Agência Executiva, Estatuto da Fiocruz e Regimento Interno.

Convocação do IV Congresso Interno

O Chefe de Gabinete, Arlindo Gomes de Souza, se comprometeu a marcar, a curto prazo, uma reunião com o Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação, Paulo Gadelha, para o encaminhamento destas questões.

A promoção de eleições em Farmanguinhos, segundo os critérios de democracia interna definidos em nosso Congresso Interno, é um tema mais que urgente, uma vez que a manutenção da atual direção da Unidade havia sido apresentada pela Presidência da Fiocruz como exigência pessoal e inegociável do ex-Ministro da Saúde, José Serra.

Também inadiável é a retomada das negociações para a definição do Estatuto e do Regimento Interno da Fiocruz e sua qualificação como Agência Executiva. Do mesmo modo, é necessária a convocação do IV Congresso, a definição de sua pauta de discussão e a promoção dos debates para elaboração de propostas e eleição dos delegados nas Unidades.

RELAÇÃO ASFOC / FIOCRUZ

Obras

Contrato creche

Estas questões também serão debatidas com o Vice-Presidente de Desenvolvimento Institucional, Informação e Comunicação. As obras nas instalações da ASFOC já estão em fase de execução, em projeto conjunto com DIRAC e Museu da Vida. E em relação à creche, a ocupação das vagas disponíveis será encaminhada com a participação da DIREH.

Ouvidoria: idéia do FioPrev é avanço democrático

Estabelecida no Brasil no tempo das Capitania Hereditárias, a Ouvidoria tinha função de “defender os altos interesses da Justiça e fiscalizar as aplicações das regras do direito aplicadas ao caso concreto.” Algo que se encaixou como uma luva às necessidades do FioPrev. Criado este ano, o cargo foi ocupado por Dilton Barreto, advogado, ex-Procurador Geral da Fiocruz, que reúne a esses encargos o mais elementar: estabelecer a interface entre a administração e os associados.

Para Dilton, a Ouvidoria é um avanço democrático “e vem sendo adotada em várias outras Instituições do Governo, inclusive a Anvisa, que foi nossa inspiração”, diz ele. Nesses dois meses, já foram atendidos pelo ouvidor mais de 50 associados e somente um caso não pôde ser resolvido pois o problema não tinha suporte jurídico, segundo Dilton. As queixas são resolvidas por ele ou são repassadas aos departamentos responsáveis e acompanhadas pelo ouvidor até seu desfecho. Subordinado ao Conselho Curador do FioPrev, Dilton faz também a análise jurídica das propostas sugeridas para o Fundo. Ele faz questão de frisar que, apesar de guardarem muitas afinidades, a figura do ouvidor difere da do ombudsman (termo muito utilizado pela imprensa brasileira). “O ombudsman se parece mais com um corregedor e suas atribuições estão mais ligadas à supervisão, enquanto a Ouvidoria tem esse lado mais prático de encaminhar soluções, tomar decisões.”

A Ouvidoria do FioPrev pode ser contatada pelos telefones:

2590-2696, 3865-1858 ou 9636-5747.
O fax é 2290-6995 e o e.mail:
diltonbarreto@fioprev.org.br.

Por Sérgio Arouca

Uma tragédia brasileira



Nunca existiu uma epidemia tão esperada e anunciada como a que estamos vivendo neste início de 2002, e também raras vezes estivemos tão despreparados para enfrentá-la.

O Brasil, e em especial o Rio de Janeiro desde a introdução do dengue, vive nos verões surtos ou epidemias que repetem monotonamente a situação que descrevi em 1986 como sendo uma disputa para saber se o Aedes era municipal, estadual ou federal, enquanto a doença se alastrava.

O dengue em 2001 revelou um cenário extremamente preocupante, marcado por um quadro epidêmico provocado pelos vírus tipos 1 e 2, por quadros clínicos atípicos e, finalmente, pela identificação, pela primeira vez no Brasil, do vírus tipo 3, para o qual não temos nenhuma resistência.

Sempre que um novo tipo de vírus do dengue é introduzido, ele é identificado em um ano e aparece como epidemia no ano seguinte. Portanto, estava anunciado e foi divulgado que o grande risco do dengue seria em 2002.

Do ponto de vista das condições de combate a situação também era crítica. Em relatório por mim solicitado à coordenação de combate ao dengue e entregue ao prefeito Cesar Maia (e divulgado pela imprensa durante a epidemia de 2001) o quadro era descrito como faltando guardas sanitários (aproximadamente 1.500), equipamentos e transportes, e principalmente que o combate situado na Comlurb, especialista em lixo, pernilongos etc., não era adequado nem competente no enfrentamento da doença.

Diante do quadro ameaçador, realizamos reunião de urgência com o presidente da Funasa e com o secretário estadual de Saúde, na qual concordamos com a contratação dos agentes, verbas suplementares e um trabalho integrado. Comunicado ao prefeito e também acordado foi que o combate ao dengue sairia da Comlurb e voltaria para a Secretaria de Saúde. O fundamental era que o combate seria intensificado durante todo o ano, para chegarmos preparados no verão seguinte.

A responsabilidade primeira do combate ao dengue é do município, mas infelizmente, de lá para cá, praticamente nada foi feito, e assistimos a concursos serem realizados em plena epidemia, guardas sanitários demitidos protestando nas ruas, o Exército sendo chamado, os centros de saúde, os laboratórios e os hospitais despreparados para o atendimento, e algumas autoridades chegando à conclusão de que os grandes responsáveis são o doente e a população.

O Ministério da Saúde trouxe, com alto custo, guardas de outros estados para trabalharem no Rio, mas que não poderão subir nas favelas, pois não conhecem a cidade. O orçamento do município terá que ser reformulado para combater o dengue.

Profunda ironia: os guardas necessários não foram contratados, os demitidos não foram reincorporados e foram importados guardas para o Rio.

Mas isto não é tudo: chegaram carros que não foram emplacados, que não têm motoristas, e existem dúvidas quanto à sua serventia, já que não podem carregar os equipamentos e nem os guardas sanitários.

O estado diz que falta inseticida e que os existentes estão com prazo de validade vencido, e a rede básica não consegue atender à enorme demanda de assistência. Também não existe nenhuma campanha séria de esclarecimentos para a população.

Acredito que tanta omissão, negligência e irresponsabilidade é coisa para o Ministério Público apurar e punir exemplarmente.

O problema, agora, é correr atrás do prejuízo e tentar limitar a epidemia, atender bem aos casos, evitar as mortes e começar a combater a próxima epidemia, já que viveremos com o risco da introdução do tipo 4. Devemos recordar, também, que o que estamos assistindo no Rio de Janeiro será o quadro nos próximos anos para os outros estados, com a disseminação do vírus tipo 3.

Na situação atual, são fundamentais a mobilização da sociedade, a transparência dos dados, recursos emergenciais e flexibilidade — enfim, fazer o que não foi feito.

Nesse quadro, é essencial que exista um plano integrado (estadual-municipal e federal) com comando operacional único, sem o que corremos o risco de assistir a conflitos na rua entre guardas federais, estaduais e municipais, contra o Exército ou os voluntários.

No médio prazo, é fundamental repetir à exaustão que o modelo dos serviços de saúde do Rio de Janeiro e nas nossas grandes regiões metropolitanas, baseado em uma atenção hospitalar, em precários serviços de emergência, com uma insuficiente rede de centros de saúde e de medidas preventivas, está falido. Com um sistema como este, sem um atendimento comunitário e familiar, não controlaremos nem o dengue, nem a tuberculose, nem a diabetes e a hipertensão, como não resolveremos o péssimo e desumano atendimento às nossas mulheres, crianças e idosos.

A tarefa fundamental é uma profunda reforma do sistema de saúde, transformando esse modelo curativo, concentrado, desumano, ineficiente, em um outro descentralizado, com atendimento familiar e comunitário, com um sistema de emergência integrado e com hospitais de alta eficiência. Enfim, um sistema moderno e humanizado. Esta reforma acabará acontecendo, queiram ou não os dirigentes, por imposição da vontade e da necessidade popular.

Vários editoriais em nossa imprensa lamentam a falta de um Oswaldo Cruz para enfrentar com rigor e autoridade a epidemia, mas devemos lembrar que se alguns de nossos dirigentes fossem presidentes na época de Oswaldo Cruz ele teria sido demitido na primeira crise técnica ou política, e teria sido substituído por um economista ou banqueiro, e teríamos febre amarela por muito tempo. (Publicado em O Globo - 05/03/2002)

SERGIO AROUCA, médico sanitário, ex-Presidente da Fiocruz.

Discípulos de Oswaldo arrasou no carnaval

O desfile do bloco carnavalesco Discípulos de Oswaldo, que aconteceu no dia 06 de fevereiro, foi um sucesso tão grande que já virou programação cativa no projeto cultural da ASFOC. E não fica só por aí. A animação foi tanta que diversas idéias já foram surgindo antes mesmo do desfile terminar: tem gente que quer tocar na bateria, outros dizem que o percurso tem que ser maior, para aproveitar mais a brincadeira (o bloco se concentrou no Bar do Chico e percorreu a Castro Tavares, Sizenando Nabuco, Rosa da Fonseca e voltou pro Chico.)

Espectáculo a parte também foram o batismo do bloco feito por Nelson Sargento, patrono do Discípulos e o show dos ritmistas da União da Ilha. A comunidade do Amorim recebeu camisinhas e panfletos sobre a prevenção da dengue e se esbaldou com o samba puxado por Eduardo Botelho e cujo refrão dizia: "Ó seu Ministro, se liga aí, meu salário quer subir".

Os moradores acompanharam o desfile das portas de suas casas ou fizeram como as crianças, que vestiram suas fantasias e caíram na folia.

Misturando protesto e brincadeira, o Discípulos arrasou no carnaval do Rio e foi destaque em diversos jornais e telejornais entrando definitivamente na programação do carioca. Quer mais? Ano que vem, tem.



Conheça a programação do Projeto Cultural para os próximos meses:

05/04 - Happy Hour Estação ASFOC
(Black music/ Samba Rock)

03/05 - Comemoração do Dia do Trabalhador

07/06 - Festa Junina

05/07 - A Prata da Prata da Casa

Espaço Livre

Gostaria de saber informações sobre o andamento do processo de quem não fez acordo sobre o pagamento dos 28%?

Cristiane Schuch

R. Acabamos de terminar os cálculos, estaremos convocando todos a comparecer a ASFOC para autorizar nosso advogado a representá-la na Justiça. O processo não está parado, mas infelizmente é tudo muito lento.

Gostaria de saber se ASFOC sabe informar algo sobre o concurso público da Fiocruz.

Maria Emília (Dirac)

R. O que sabemos é que está para ser publicado o Edital do Concurso. Maiores informações você pode obter com a Comissão de Concurso na Direh.

Podíamos aproveitar o episódio da Fiocruz estar cediando a campanha nacional de combate a dengue e fazermos a seguinte greve: todos nos apresentamos na Fiocruz e um dia de trabalho nosso, ao contrário de ser interno, sairíamos distribuídos em grupos para visitar todas as casas das redondezas combatendo a dengue, verificando água parada, entregando folhetos educativos, panfletos falando da nossa luta, enfim uma megaoperação para a comunidade, como se fosse o evento do "Fiocruz para você", só que fora dos muros da Fiocruz. Todos de jaleco branco, com a participação dos cooperativados da Cootran, até porque a maioria é da comunidade e nós teríamos facilidade de acesso às residências.

Leila Bezerra (INCQS)

R. A proposta é boa. No entanto, envolve trabalho técnico e precisávamos do apoio de agentes da Secretaria Municipal de Saúde. De toda forma, registramos a idéia e vamos tentar amadurecê-la.

Apesar da maioria dos meus neurônios terem saído para o carnaval e até a presente data são poucos os que retornaram, acho que seria interessante fazer um paralelo entre os sintomas da dengue e dos servidores desta Instituição, na espera do pagamento do Plano Bresser.

Eles assemelham-se em quase tudo: dor de cabeça, náuseas, falta de apetite, dores pelo corpo e até a morte. Só que a principal diferença nos sintomas, diz respeito a duração: a dengue é somente oito dias e fim, mas os nossos sintomas já duram treze anos e não sabemos quando será o fim.

Beto (ENSP/ENSP/LABI)

Em virtude do envio de uma mensagem para nove pessoas da lista Fiocruz-L intitulada "Os Sarneys e o Charme da Miséria" do jornal "O Estado de São Paulo", o remetente teve sua conta cancelada segundo o e.mail abaixo da Divisão de Tecnologia da Informação:

Temos realizado um trabalho ao longo dos dois últimos anos objetivando conscientizar aos usuários de nossa rede local e do sistema de correio eletrônico que esta ferramenta deve ser utilizada para fins profissionais, e jamais utilizada para o envio de SPAM, por mais que possa parecer nobre o objetivo do mesmo.

Assim, infelizmente não teremos alternativas a não ser cancelar a conta de correio do usuário que insistir em ignorar todo este esforço realizado.

André Campos

Divisão de Tecnologia da Informação

Bio-Manguinhos/Fiocruz

Talvez a medida de eliminar o tal João do ambiente eletrônico seja um pouco forte e até arbitrária, (e com prejuízo do serviço), em razão de uma certa indefinição nos limites do chamado SPAM. Dependeria da quantidade de destinatários? Teria alguma relação com o assunto tratado? No caso do João é político partidário neste caso, exemplificado abaixo, poderia ser "cidadania". Porque é que cidadania pode, se o caso do Sarney apresentado pelo João é até mais importante?

Entretanto, temos recebido este tipo de coisa diária e "impunemente", inclusive da ASFOC, Sindicatos e similares, o que não estaria rigorosamente enquadrado conforme a definição "fins profissionais", incluindo os inúmeros (e diários) avisos, convites para festas e excursões de recreio, greves, avisos de bloco de carnaval, ato contra violência etc. Estas, distribuídas, talvez, aos mesmos que o tal João distribuiu.

Adicionalmente, continuam a circular, sempre entre um número restrito de participantes, alguns attachments não pertinentes, não só de piadas e outros assuntos, inclusive material pornográfico. Não podemos esquecer que, mesmo a administração, não pode abrir a correspondência de terceiros, mesmo sendo funcionário. Trata-se de matéria prevista no direito privado.

Carlos H. Portugal Prillwitz (DME)

R. Concordamos que a tecnologia da informação pode ser utilizada para vários assuntos em que incluímos: político, político-partidário, cidadania, lazer, esporte e questões sindicais. Estamos incluindo em nossa pauta de reivindicações com a Presidência pedido de padronização de uso de e.mail, acesso a listas e tipo de informação a ser disponibilizada.



Novo site da ASFOC: mais prático e bonito

Mais beleza, mais praticidade. Parece propaganda de eletrodoméstico, e é quase isso. É que nos mesmos moldes de qualidade e funcionalidade, estaremos estreado ainda este mês o novo site da ASFOC, com uma vantagem adicional: maior interatividade. Isso porque além de possibilitar ao nosso visitante um acesso mais rápido e direto à informação, também é nosso desejo saber sua opinião, tanto sobre a página, quanto sobre nossas publicações, sobre a própria ASFOC, etc. Sugestões e críticas que só vão enriquecer nosso trabalho. Um exemplo do quanto essa troca é importante para nós é a criação da seção "Pergunta da Vez", onde você vai poder dar sua opinião sobre diversos temas de interesse da comunidade.

Dois itens incluídos também no nosso menu são um link direto da página principal para informações sobre o Projeto Cultural e outro para os documentos importantes produzidos pela ASFOC, como o dossiê com o Histórico do Bresser e a pauta de reivindicações da Associação, por exemplo. Sem falar na nossa galeria de fotos que está ficando o máximo. Sabe a fotografia em que você aparece naquela festa tal e tanto quer, quem sabe você não vai poder acessá-la e imprimi-la em casa mesmo?

A página do Departamento Jurídico também está sendo preparada para auxiliá-lo ainda mais no acompanhamento das causas coletivas, nos processos individuais e no contato com os advogados, assim como a página do Departamento de Esportes vai trazer para o associado informações sobre quais atividades são oferecidas, como se inscrever e participar.

A utilização da charge do Mayring, aquela do Castelhino, trouxe mais vida ao nosso site. É que beleza e prazer são fundamentais, mesmo quando é para falar de assunto sério como movimento sindical.

Fica o convite. Nosso endereço é www.asfoc.fiocruz.br e logo, logo você vai poder conferir as novidades.

www.asfoc.fiocruz.br



Reconhecida e premiada internacionalmente por sua contribuição para o desenvolvimento científico, a pesquisadora **Patrícia Torres Bozza**, se confessa tímida e pouco à vontade para dar entrevistas. Mesmo assim, quando a convidamos para ser a entrevistada desta edição do Jornal da ASFOC que homenageia o Dia Internacional da Mulher, sua única dúvida era se podia estar no Destaque mesmo não sendo servidora da Fiocruz.

Claro que pode! É até uma oportunidade para abordarmos a difícil situação de pesquisadores que, como ela, fazem parte dessa comunidade que trabalha diariamente para que a Fiocruz seja respeitada pela comunidade científica e pela população em geral. Nesta entrevista, Patrícia conta um pouco do trabalho que realiza no Laboratório de Fisiologia e Farmacodinâmica do IOC. Ela fala da importância do *Grant* que recebeu recentemente do *Howard Hughes Medical Institute* para o desenvolvimento de suas pesquisas. Mas, como pesquisadora associada no âmbito do convênio CNPq/Fiocruz, Patrícia analisa o papel dos vínculos temporários no projeto científico e institucional que lutamos para construir na Fiocruz.

“O financiamento à pesquisa no Brasil é muito precário”

Quando você começou a trabalhar na área de pesquisa e qual o papel da Fiocruz na sua formação científica?

Iniciei minhas atividades de pesquisa na Fiocruz, em 1986, ainda como estudante do segundo ano de medicina da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Tive contato com o Prof. Renato Balão Cordeiro, que na época era professor da Farmacologia da UERJ e estava se transferindo para a Fiocruz. Comecei o estágio de iniciação científica e já então nosso principal interesse era o estudo do processo inflamatório. Quando me formei, já tinha um grande interesse em seguir a carreira de pesquisador, ingressei inicialmente no mestrado, mas passei diretamente para o doutorado, justamente por já trabalhar em pesquisa desde do começo da faculdade. Fiz o pós-doutorado no Beth Israel Hospital da Escola de Medicina de Harvard (Boston, EUA), na Divisão de Doenças Infecciosas, onde iniciei esta linha de pesquisa da qual faz parte o projeto contemplado pela Howard Hughes. Passei lá três anos, continuei estudando mecanismos de ativação celular, agora mais com células humanas, estudando principalmente a produção de mediadores lipídicos e também alguns aspectos de drogas antiinflamatórias.

Como foi a volta para o Brasil?

Retornei em 97, como pesquisadora associada pelo programa Fiocruz/CNPq. Em conjunto com Hugo Castro Faria Neto, credenciamos o Laboratório de Imunofarmacologia, onde trabalho no momento, dividindo com ele a coordenação. Desde então, tenho orientado alunos de todos os níveis, da graduação ao pós-doutorado. Temos quatro linhas de pesquisa principais, sempre procurando estudar mecanismos fisiopatológicos de doenças, em especial, septicemia e asma, visando sempre novas alternativas terapêuticas, usando modelos experimentais e em projetos clínicos. Estes projetos contam com colaboração de diferentes grupos de pesquisa tanto básica quanto clínica na Fiocruz, UFRJ, INCa além de outros grupos no Brasil e no exterior. Sempre procuramos aplicar nossas pesquisas em problemas médicos. Como a septicemia, que é a principal causa de mortes em CTI, cuja terapia para controle da infecção bacteriana tem avançado muito, mas os mecanismos de controle de ativação celular, de resposta imunológica e inflamatória ainda não foram bem estabelecidos.

No que consiste a pesquisa contemplada com o Grant?

Ela envolve o estudo de mediadores lipídicos, uma linha de pesquisa bem básica, onde tentamos entender quais mecanismos moleculares

fazem com que a célula que está no processo inflamatório produza muito mais mediadores da inflamação que a célula normal. Estudamos os corpúsculos lipídicos, inclusões celulares, como se fossem organelas dentro do citoplasma, ricas em lipídios e enzimas, que acreditamos ter um papel de organizar dentro da célula diversos sistemas de transmissão de sinal que fazem com que haja uma produção maior de mediadores inflamatórios. Estudamos, em modelos experimentais e em material proveniente de pacientes, a ativação celular na artrite, na septicemia e em infecções por micobactérias.

O Grant vai permitir que a gente estabeleça algumas técnicas que não estão em andamento no laboratório e, principalmente, vai possibilitar a compra de reagentes de forma rápida para o andamento das linhas de pesquisa. Parte da verba será utilizada para a compra de equipamentos e também para remunerar estudantes vinculados ao projeto. Na verdade, esta é uma linha de pesquisa que desenvolvemos desde 97, mas o projeto contemplado permitirá uma maior agilidade e aumento no espectro da pesquisa. Este financiamento possibilitará o aprofundamento das perguntas que surgem e abordagens mais finas e moleculares dentro do projeto.

Que resultados podem ser esperados, é talvez uma pergunta simplista, mas que benefícios essa pesquisa pode trazer para a população?

É um projeto de pesquisa básica, não prevê resultados imediatos para a população. Procuramos entender os mecanismos intracelulares e moleculares desse processo de ativação celular. Mas se conseguirmos entender esse mecanismo, que leva com que as células produzam muito mais mediadores lipídicos que vão ter um papel na inflamação, isso pode nos levar a conhecer outros alvos de intervenção terapêutica. Alvos mais específicos e relacionados às células envolvidas tanto em processos inflamatórios quanto em processos neoplásicos, que já estariam em estado ativado, mas sem interferir na célula em seu estado normal. É bom que fique claro que este é um projeto de pesquisa básica, para entender como o sistema funciona, mas possibilita que, no futuro, a gente tente desenvolver drogas antiinflamatórias mais específicas e com menos efeitos colaterais.

Você acha que a pesquisa científica é devidamente valorizada pelo governo brasileiro?

A situação do financiamento à pesquisa no Brasil é muito precária, em especial para jovens pesquisadores, ainda é um problema para

as pessoas montarem seus próprios laboratórios e desenvolver suas linhas de pesquisa. Existem dois problemas, além do aporte financeiro para os projetos ser muito pequeno, o que, em geral, não permite seu desenvolvimento com a qualidade e recursos adequados; outro aspecto é a curta duração dos projetos de pesquisa das agências, tanto federais quanto estaduais, o que não possibilita um planejamento em médio prazo. Quando se pensa em pesquisa biomédica, é claro que temos que ter metas de curto prazo, mas se trabalhamos só com o curto prazo, não conseguimos atingir metas mais ambiciosas e com a profundidade necessária. Acabamos perdendo grande parte do tempo produtivo correndo atrás do dinheiro, é preciso fazer novos projetos a cada ano, o que não permite um planejamento a curto, médio e longo prazo, o que é necessário para o desenvolvimento de um programa adequado, para ter resultados satisfatórios. Nisso, o Grant vai ser muito benéfico, por assegurar o financiamento por cinco anos, nos permite planejar onde investir, quais linhas implementar e saber que podem ser mantidas. Ganhamos mais tempo para dedicar à pesquisa em si e não na captação de recursos.

Acho que a ciência no Brasil tem evoluindo de maneira muito importante, em especial devido à qualidade dos cursos de pós-graduação e, nesse sentido, a Fiocruz possui cursos de grande qualidade, o que é um aspecto muito importante para a instituição, que deve ser estimulado. Nossa comunidade científica tem crescido e tem uma qualidade boa. No entanto, de certo modo, tem se privilegiado grandes projetos de pesquisa aplicada e grandes consórcios de laboratórios já estabelecidos. Eles são importantes, mas é dada pouca atenção aos grupos de pesquisa, a financiamentos individuais de pesquisadores e para que isso seja uma política permanente, que seja possível prever se existirão recursos necessários para o desenvolvimento da pesquisa ao longo do tempo.

Em que medida a condição de, digamos assim, não servidora compromete o seu trabalho e de outros colegas na mesma situação?

Desde que voltei do pós-doutorado, estou na Fiocruz com um vínculo temporário, como bolsista, isso se deve em grande parte ao fato de não ter havido concurso na minha área nesse período. Sem dúvida, é um grande problema para a instituição não existirem programas para a renovação contínua e ampliação dos quadros de pesquisadores. Quando retornei, recebi propostas de diferentes grupos, mas conhecendo a Fiocruz, considerei que seria o lugar que me daria mais condições

para o desenvolvimento de minha pesquisa. Isso, em relação ao ambiente científico, espaço para a montagem do laboratório e também quanto ao aporte financeiro que a própria Fiocruz fornece. Durante esse período, sempre procurei recursos externos para complementar a linha de pesquisa, mas o básico a Fiocruz garantiu. É muito difícil para um pesquisador iniciar a sua linha de pesquisa em um lugar onde se leva muito tempo para conseguir o mínimo necessário.

Com a sua formação, você deve ter tido propostas também para se fixar no exterior...

Poderia ter essa possibilidade, mas sempre tive uma vontade grande de retornar. Além disso, fui para o exterior como bolsista da Fundação Pew, uma fundação americana que também estimula o desenvolvimento da ciência na América Latina, que tem como requisito o retorno ao país de origem e fornece um suporte financeiro para estabelecer sua pesquisa na volta. Retornar ao Brasil era um aspecto que sempre tive bem claro, acho que temos muito mais a contribuir voltando e trabalhando em problemas que são importantes para o país e no desenvolvimento de recursos humanos aqui, que é fundamental. Temos a possibilidade de ter um impacto muito maior no Brasil do que no exterior.

No próximo concurso que a Fiocruz já foi autorizada a realizar vai ter espaço para profissionais como você, por exemplo?

Vai, estão previstas duas vagas aqui no departamento e vou participar do concurso, visando a efetivação. O convênio com o CNPq é interessante para captar profissionais, bons alunos da pós-graduação, pesquisadores retornando do exterior, é uma forma ágil de atrair e poder manter esse profissional na Fiocruz. O grande problema é isso não estar aliado a uma política de efetivação dos bons profissionais. Quando voltei, ter um vínculo precário, no primeiro momento, não era um problema. Agora, depois de um tempo, já passa a ser. A política de renovação e ampliação do quadro de pesquisadores, ainda deixa a desejar, em relação ao número de vagas, ao tempo entre os concursos. Isso acaba criando situações como a minha, que estou há, praticamente, cinco anos nesse programa do convênio. Isso faz com que a instituição perca muitos quadros, no convênio não se tem nenhum direito trabalhista. Tudo bem com uma bolsa por um período curto, mas isso não pode ser uma forma de emprego.